

CONVITE

CONSULTA PRÉVIA - PROCEDIMENTO N.º 289/AP-UMC/2021

Aquisição de equipamento UPS e Serviços de Assistência Técnica (2021-2024)

Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

DEFESA NACIONAL

ÍNDICE

CAPÍTULO I - Disposições Gerais	3
Artigo 1.º Designação e objeto do procedimento	3
Artigo 2.º Procedimento de contratação	3
Artigo 3.º Entidade Adjudicante.....	3
Artigo 4.º Órgão que tomou a decisão de contratar	4
Artigo 5.º Órgão competente para prestar esclarecimentos	4
Artigo 6.º Júri do Procedimento	4
Artigo 7.º Preço Base	4
Artigo 8.º Prazo de execução	5
Artigo 9.º Critério de adjudicação	5
Artigo 10.º Critério de desempate	5
Artigo 11.º Negociação	5
Artigo 12.º Fornecimento e consulta das peças do procedimento	6
CAPÍTULO II - Propostas	6
Artigo 13.º Modo e prazo de apresentação das propostas.....	6
Artigo 14.º Abertura das Propostas.....	6
Artigo 15.º Idioma dos documentos da proposta.....	7
Artigo 16.º Prazo da Obrigação de Manutenção das Propostas	7
Artigo 17.º Propostas variantes	7
Artigo 18.º Documentos que constituem a proposta	7
CAPÍTULO III - Análise das Propostas	9
Artigo 19.º Relatório Preliminar.....	9
Artigo 20.º Audiência Prévia	9
Artigo 21.º Relatório final	10
CAPÍTULO IV - Adjudicação	10
Artigo 22.º Escolha do adjudicatário	10
Artigo 23.º Notificação da adjudicação	10
Artigo 24.º Caducidade da adjudicação.....	10
Artigo 25.º Causas de não adjudicação	11
CAPÍTULO V - Contrato	11
Artigo 26.º Aceitação da minuta do contrato	11



Artigo 27.º	Reclamações contra a minuta do contrato.....	11
Artigo 28.º	Celebração do contrato escrito	12
CAPITULO VI - Declarações e documentos.....		12
Artigo 29.º	Entrega dos documentos de habilitação.....	12
Artigo 30.º	Falsidade de documentos e de declarações	12
Artigo 31.º	Caução	13
CAPITULO VII - Disposições finais.....		13
Artigo 32.º	Foro competente	13
Artigo 33.º	Legislação aplicável	13
ANEXO A - COMPOSIÇÃO DO JÚRI		14
ANEXO B - MODELO DE DECLARAÇÃO		15
ANEXO C - MODELO DE DECLARAÇÃO		17



CONVITE

A Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (SGMDN), representada neste procedimento pela Unidade Ministerial de Compras da Secretaria-Geral, sita na Av. da Ilha da Madeira, n.º 1, 3.º piso, 1400-204 Lisboa, convida V. Exas a apresentar proposta, com vista à Aquisição de equipamento UPS e respetivos Serviços de Assistência Técnica, pelo período de 36 meses, *da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional- Procedimento n.º 289/AP-UMC/2021* -, nos seguintes termos:

CAPITULO I - Disposições Gerais

Artigo 1.º Objeto do procedimento

O presente procedimento tem por objeto a Aquisição de equipamento UPS e respetivos Serviços de Assistência Técnica pelo período de 36 meses, *da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional-* nos termos e condições definidas na Parte II, Cláusulas Técnicas, artigo 26.º Especificações Funcionais e Técnicas do Caderno de Encargos.

Artigo 2.º Escolha Procedimento de contratação

O presente Convite, por consulta prévia, é efetuado ao abrigo da alínea c) do n.º 1, do artigo 20.º, conjugado com o artigo 112.º a 127.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual, atendendo a que o valor contratual estimado é inferior a setenta e cinco mil euros.

Artigo 3.º Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Estado Português através da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, representada neste procedimento pela Unidade Ministerial de Compras, sita na Avenida Ilha da Madeira, 1 - 3.º piso, em Lisboa - Portugal, com o número de telefone n.º 21 303 85 22 e correio eletrónico umcompras-mdn@defesa.pt, plataforma eletrónica: www.acingov.pt.



Artigo 4.º Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Exmo. Senhor Secretário-Geral Adjunto do Ministério da Defesa Nacional, Comodoro Rui Alves Francisco por delegação de competências do Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional, nos termos do despacho n.º 6427/2018, de 3 de maio de 2018, publicado no DR 2.ª série, n.º 125 de 2 de julho de 2018.

Artigo 5.º Órgão competente para prestar esclarecimentos

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri do procedimento.
2. Os concorrentes podem solicitar os esclarecimentos durante o primeiro terço do prazo para apresentação de propostas.
3. O pedido de esclarecimentos deverá ser fundamentado.
4. Os pedidos devem ser solicitados por escrito ao Júri do concurso através da plataforma de contratação eletrónica do Ministério da Defesa Nacional - www.acingov.pt.

Artigo 6.º Júri do Procedimento

A composição do Júri consta do Anexo A ao presente Convite.

Artigo 7.º Preço Base

1. O preço base global do presente procedimento, valor máximo que a Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional se dispõe a pagar pela aquisição em causa é de **74 990,00 €** (setenta e quatro mil, novecentos e noventa euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, fixando-se os seguintes parâmetros base relativamente ao preço:
 - a. Parâmetro Base 1 (PB1) - UPS - 63 170,00 €;
 - b. Parâmetro Base 2 (PB2) - Serviços de assistência Técnica (36 meses) - 11 820,00 €.
2. Este montante resulta dos valores identificados para os bens e serviços pretendidos, através da realização de uma consulta preliminar ao mercado, nos



termos ao artigo 35.º-A do CCP, sendo que todas as informações relevantes serão vertidas nas especificações técnicas do Caderno de Encargos do procedimento.

Artigo 8.º Prazo de execução

O fornecimento dos bens (solução UPS a instalar no CDD dos Olivais) deverá ocorrer, no prazo máximo, de 30 (trinta) dias após a outorga do contrato, devendo estar concluída, no máximo, dentro de 60 (sessenta) dias após a referida outorga.

Os respetivos serviços de Assistência técnica terão início previsto a 1 de janeiro de 2022 e estende-se pelo período de 36 (trinta e seis) meses.

Artigo 9.º Critério de adjudicação

A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, determinada pela modalidade *monofator*, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado com a avaliação do fator “preço global da proposta” como único aspeto da execução do contrato a celebrar submetido à concorrência. Vencerá a proposta que apresentar o “preço global” mais baixo.

Artigo 10.º Critério de desempate

1. Em caso de empate, i.e., caso se verifique igualdade de “preço global” entre propostas, o critério a considerar será o tempo de execução proposto, ficando em primeiro lugar a proposta que indique o menor número de dias, e ordenadas as restantes propostas pelo mesmo critério.
2. Caso subsista o empate, será adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio. Neste caso, notificar-se-á os interessados para o dia, hora e local onde se realizará o sorteio, tal como da sua metodologia. Este sorteio desenrolar-se-á, presencialmente, com os interessados, do qual será lavrada ata por todos os presentes.

Artigo 11.º Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.



Artigo 12.º Fornecimento e consulta das peças do procedimento

As peças do procedimento serão integralmente disponibilizadas através da plataforma www.acingov.pt.

CAPITULO II - Propostas

Artigo 13.º Modo e prazo de apresentação das propostas

As propostas devem ser apresentadas exclusivamente de forma eletrónica, na plataforma www.acingov.pt, em conformidade com a informação seguinte, sob pena de exclusão:

1. A proposta, bem como os documentos que a integram, deve ser apresentada, pelo concorrente ou seus representantes, até às 23h59 do **6º dia** após a disponibilização do presente procedimento na plataforma eletrónica supra indicada e utilizada no presente procedimento.
2. Até ao prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, podendo apresentar nova proposta dentro daquele prazo.
3. A data limite fixada no presente Convite pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado nos termos do previsto no n.º 3 do artigo 64.º do CCP.
4. A prorrogação de prazo prevista no número anterior beneficia a todos os interessados.
5. O concorrente deverá assinar todos os documentos que associarem à proposta.

Artigo 14.º Abertura das Propostas

1. O Júri do procedimento, no dia imediato ao termo fixado para a apresentação das propostas, procede à abertura das propostas e à publicitação da lista de concorrentes, na plataforma eletrónica supramencionada.
2. Os concorrentes incluídos *na lista referida no número anterior* podem aceder à sua consulta na plataforma eletrónica.



3. O(s) concorrente(s) que não tenha(m) sido incluído(s) na lista de concorrentes, pode(m) reclamar desse facto, no prazo de 3 dias úteis contados da publicitação da lista, através da plataforma eletrónica, devendo para esse efeito apresentar o comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.

Artigo 15.º Idioma dos documentos da proposta

As propostas e os documentos que a acompanham devem ser redigidas em língua portuguesa, ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais. Nos termos do n.º 2 do artigo 58.º do CCP é, contudo, admitida documentação técnica em inglês.

Artigo 16.º Prazo da Obrigação de Manutenção das Propostas

Os concorrentes ficam obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 17.º Propostas variantes

1. Não são admitidas propostas variantes, nos termos do n.º 7 do artigo 59.º do CCP.
2. Não é admitida a apresentação de propostas que contenham alterações aos artigos do Caderno de Encargos e anexos do mesmo, sendo excluídas as propostas que contrariem o estabelecido no Caderno de Encargos e anexos do mesmo.

Artigo 18.º Documentos que constituem a proposta

1. A proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos e nos moldes abaixo indicados, que têm obrigatoriamente de ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica, sob pena de exclusão:
 - a. **Declaração** prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, elaborada em conformidade com o modelo constante no Anexo I do CCP, a qual deve ser



- assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para a obrigar (Anexo B ao presente Convite);
- b. **A proposta**, na qual o concorrente deve indicar os atributos e os termos ou condições em que se propõe contratar nos termos respetivamente das alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, dos quais se destaca:
- **Justificação detalhada do preço da proposta** (a proposta deve incluir a documentação técnica suficiente para caracterizar cada um dos equipamentos principais propostos. As propostas que apresentem equipamentos com características inferiores às descritas nos requisitos de arquitetura serão excluídas do procedimento);
 - **Preço total equipamento UPS**¹ (garantia de 12 meses), expresso em algarismos e por extenso, prevalecendo em caso de divergência o expresso em extenso;
 - **Preço total serviços de assistência técnica**² (pelo período de 36 meses, incluindo as peças que sejam necessárias substituir, manutenção preventiva e assistência técnica no local), expresso em algarismos e por extenso, prevalecendo em caso de divergência o expresso em extenso;
 - **Preço total global** (UPS e serviços de assistência técnica), expresso em algarismos e por extenso, prevalecendo em caso de divergência o expresso em extenso, com menção expressa de que ao preço total acresce o IVA, com indicação do respetivo valor e taxa aplicável;
- c. Quaisquer outros documentos que o concorrente, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP, considere indispensáveis apresentar.
- d. **Documento que comprove poderes de representação**, se for o caso. Nos casos em que o certificado não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade submeter conjuntamente com a proposta um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.
2. A proposta mencionará expressamente que aos preços apresentados acresce IVA à taxa legal em vigor.

¹ Que não poderá ser superior ao PB1 (Cf. al. a) do n.º 1 do artigo 7.º do presente Convite).

² Que não poderá ser superior ao PB2 (Cf. al. b) do n.º 1 do artigo 7.º do presente Convite).



3. Sempre que na proposta se verifique desconformidade nos valores relativos aos preços (preço unitário e valor total) prevalece sempre o valor relativo ao preço unitário.
4. Constituem motivos de exclusão das propostas apresentadas, os indicados no n.º 2 do artigo 146º do CCP.

CAPITULO III - Análise das Propostas

Artigo 19.º Relatório Preliminar

1. Após a receção das propostas, serão as mesmas analisadas, elaborando seguidamente o Júri um relatório preliminar fundamentado, nos termos do artigo 122.º do CCP, no qual deve propor a ordenação das propostas e que será disponibilizado através da plataforma eletrónica supracitada.
2. O Júri, no relatório referido no número anterior, propõe fundamentadamente, a exclusão das propostas que, entre outros:
 - a. Tenham sido apresentadas depois do termo do prazo fixado para a sua apresentação;
 - b. Não sejam constituídas por todos os documentos exigidos;
 - c. Sejam constituídas por documentos falsos ou nos quais os concorrentes prestem falsas declarações;
 - d. Os documentos da proposta não sejam assinados pelo responsável ou seu representante, conforme exigido legalmente;
 - e. Cujas análises revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP;
 - f. Não preencham o formulário da proposta na plataforma eletrónica utilizada no presente procedimento.
 - g. Que não cumpram os requisitos obrigatórios deste Caderno de Encargos.

Artigo 20.º Audiência Prévia

Elaborado o relatório preliminar, o Júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo, não inferior a 3 (três) dias, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.



Artigo 21.º Relatório final

Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, e envia-o, juntamente com os demais documentos que constituem o processo de concurso, ao órgão competente para a decisão de contratar.

CAPITULO IV - Adjudicação

Artigo 22.º Escolha do adjudicatário

Depois de cumpridas as formalidades previstas na lei, a entidade competente para a decisão de contratar decide pela adjudicação através da aprovação das propostas constantes no relatório final.

Artigo 23.º Notificação da adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, sendo junto o relatório final de análise de propostas.
2. Juntamente com a notificação prevista no número anterior, o adjudicatário é notificado para apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 29.º do Convite.

Artigo 24.º Caducidade da adjudicação

1. A adjudicação caduca quando, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação.
2. A adjudicação caduca quando, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar.
3. Nos casos previstos nos números anteriores, a entidade competente para a decisão de contratar deve decidir pela adjudicação ao concorrente classificado em lugar subsequente.



Artigo 25.º Causas de não adjudicação

1. Não há lugar à adjudicação nos seguintes casos:
 - a. Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
 - b. Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c. Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
 - d. Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem, designadamente quando venha a ocorrer por imperativo da Reforma da Administração Pública, a extinção ou alteração orgânica de serviços que determine a inutilidade para o MDN das ações previstas para o serviço.
2. Caso se verifique a não adjudicação, os concorrentes são notificados da correspondente decisão e dos respetivos fundamentos.

CAPITULO V - Contrato

Artigo 26.º Aceitação da minuta do contrato

1. Depois de aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar, a minuta do contrato é enviada, para aceitação, ao adjudicatário.
2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa, ou quando não haja reclamação nos 5 dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 27.º Reclamações contra a minuta do contrato

1. São admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que servem de base ao concurso.
2. Em caso de reclamação, a entidade que aprova a minuta comunica ao adjudicatário, no prazo de 10 dias, o que houver decidido sobre a mesma, entendendo-se que a indefere se nada disser no referido prazo.



Artigo 28.º Celebração do contrato escrito

1. O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da aceitação da minuta respetiva.
2. A entidade pública contratante comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de cinco dias a data, hora e local em que se celebra o contrato.
3. Se a entidade pública contratante não celebrar o contrato no prazo fixado, pode o adjudicatário desvincular-se da proposta sem prejuízo de direito a justa indemnização.

CAPITULO VI - Declarações e documentos

Artigo 29.º Entrega dos documentos de habilitação

1. O adjudicatário obriga-se a entregar toda a documentação necessária à sua habilitação, através da plataforma eletrónica, no prazo de 5 dias úteis após as notificações de adjudicação, nomeadamente:
 - a. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP;
 - b. Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP (Anexo C ao presente Convite);
 - c. Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.
2. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um prazo adicional de 5 dias úteis destinado ao seu suprimento, conforme o disposto no n.º 3 do artigo 86.º do CCP.

Artigo 30.º Falsidade de documentos e de declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação, incorrendo o



adjudicatário em contraordenação muito grave, prevista nas alíneas d) ou e) do artigo 456.º do CCP, consoante o caso.

Artigo 31.º Caução

Está dispensada da prestação de caução, nos termos da alínea a), do n.º 2, do artigo 88.º do CCP.

CAPITULO VII - Disposições finais

Artigo 32.º Foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato que vier a ser celebrado será exclusivamente competente a jurisdição do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 33.º Legislação aplicável

Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais, observar-se-á o disposto no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual.

Secretário-Geral Adjunto do Ministério da Defesa Nacional

RUI MANUEL
ALVES
FRANCISCO

Assinado de forma
digital por RUI
MANUEL ALVES
FRANCISCO
Dados: 2021.11.26
10:57:21 Z

Rui Alves Francisco



ANEXO A - COMPOSIÇÃO DO JÚRI

(a que se refere a artigo 6.º do presente Convite)

O Júri deste **concurso** é composto pelos seguintes membros, conforme despacho do Exmo. Senhor Secretário Geral-Adjunto do Ministério da Defesa Nacional, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º do CCP.

1. MEMBROS EFETIVOS

NOME		ENTIDADE
Presidente	Dina Casimiro	DSAF - MDN
1.º Vogal	Ema Manuel da Cunha	DSAF - MDN
2.º Vogal	Maria Garcia	UMC - MDN

2. MEMBROS SUPLENTES

NOME		ENTIDADE
1.º Vogal Suplente	José Manuel Sequeiros de Matos	DSAF - MDN
2.º Vogal Suplente	Sandra Moutinho	UMC- MDN

Em caso de falta ou impedimento por parte do presidente do Júri o mesmo será substituído pelo 1.º Vogal efetivo.



ANEXO B - MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do Caderno de Encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todo o seu clausulado.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do CCP.



5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do CCP, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do CCP, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO C - MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do CCP:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do CCP, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

